

espécies e os géneros das substâncias primeiras estão para tudo o resto; pois tudo o resto se predica deles<sup>52</sup>. Pois, se a um certo homem se chamar «literato», então também se chamará «literato» ao homem e ao animal; e do mesmo modo para as outras coisas<sup>53</sup>.

5

→ Não estarem num sujeito é algo que é comum a todas as substâncias. Pois a substância primeira nem é dita de um sujeito nem está num sujeito. Da mesma maneira, também é evidente que as substâncias segundas não estão num sujeito. Pois homem é dito de um sujeito, a saber, de um certo homem, mas não está num sujeito (pois o homem não está num certo homem). E, do mesmo modo, também animal é dito de um sujeito, a saber, de um certo homem, mas o animal não está num certo homem<sup>54</sup>. Além disso, enquanto nada impede que o nome das coisas que estão num sujeito seja por vezes predicado do sujeito, é impossível que a definição o seja. Mas tanto o nome como a definição das substâncias segundas se predicam do sujeito; pois, de um certo homem, predicar-se-á a definição de homem e também a de animal<sup>55</sup>. Portanto, uma substância nunca poderia estar num sujeito.

10

15

20

Todavia, isto não é próprio da substância, uma vez que também a diferença não está num sujeito<sup>56</sup>. Pois terrestre e bípede são ditos de um

52. Se «tudo o resto» são os acidentes (universais e individuais) e se «predicar-se de» é o mesmo que «ser dito de» (como parece ser em 1b10-15), Aristóteles deveria antes dizer que tudo o resto *está neles* (i. e., nas espécies e nos géneros das substâncias primeiras). Mas é possível que esteja aqui a considerar a predicação *dos nomes*, como em 2a27-34.

53. Em 2b1-2, Aristóteles disse que, se um acidente como a cor está numa substância universal *S*, então também está nalguma substância individual *s* pertencente a *S*. Agora, diz que, se um acidente como a literacia está numa substância individual *s*, então também está nas

substâncias universais (i. e., na espécie e nos géneros) a que *s* pertence. Além disso, se isto vale para *todos* os acidentes, então também vale para os acidentes *individuais*. Repare-se que os acidentes também são sujeitos e também servem para «dizer o que é»: por exemplo, o conhecimento é dito da literacia e a virtude é dita da justiça. Mas todo o acidente está nalgum sujeito e essa, como se verá em seguida, é uma característica que separa os acidentes das substâncias.

54. O primeiro argumento apresentado não mostra o que Aristóteles pretende, mas apenas que as espécies e os géneros (das substâncias primeiras) não

estão nos indivíduos dos quais são ditos. Ora, o mesmo se pode afirmar de acidentes como a cor e o branco: eles são ditos de um certo branco, mas não estão num certo branco.

55. O segundo argumento também é insatisfatório, porque a característica apontada pertence a tudo o que é dito de um sujeito e, por isso, também aos acidentes universais. Por exemplo, a definição de conhecimento e a definição de literacia predicam-se de uma certa literacia.

56. Os dois argumentos do parágrafo anterior são aplicados às diferenças, mostrando que também elas não estão num sujeito.

sujeito, a saber, do homem, mas não estão num sujeito (nem o bípede  
 25 nem o terrestre estão no homem)<sup>57</sup>. E a definição da diferença predica-  
 -se daquilo de que a diferença é dita. Por exemplo, se terrestre é dito do  
 homem, também a definição de terrestre se predicará do homem; pois  
 o homem é terrestre<sup>58</sup>.

O facto de as partes das substâncias estarem nos respetivos todos  
 30 como em sujeitos não deve perturbar-nos, nem devemos reear ser for-  
 çados a admitir que elas não são substâncias. Pois não foi como coisas  
 pertencentes a algo como partes que definimos as coisas que estão num  
 sujeito<sup>59</sup>.

É uma característica das substâncias e das diferenças que tudo o que é  
 chamado a partir delas o seja sinonimicamente. Pois todos os predicados  
 35 formados a partir delas predicam-se ou dos indivíduos<sup>60</sup> ou das espécies:  
 a partir da substância primeira não se forma nenhum predicado<sup>61</sup> (uma  
 vez que ela não é dita de nenhum sujeito); das substâncias segundas, a  
 espécie predica-se do indivíduo e o género predica-se da espécie e do

57. Aristóteles coloca as diferenças no grupo das coisas que «são ditas de algum sujeito, mas não estão em nenhum sujeito» (i. e., no primeiro grupo da classificação do capítulo 2), juntamente com as substâncias segundas. Mas considera que as diferenças não são substâncias. Parece então que elas não pertencem a nenhuma categoria. (A passagem 1b16-24, ao falar das diferenças do conhecimento, parecia estender a noção de diferença às categorias não-substanciais.)

58. Aristóteles parece conceder aqui, contrariando o que afirmou em 2b29-37, que as diferenças também «revelam» a substância primeira, ou seja, também dizem o que ela é. Compare-se com *Top.* 122b17-18, 128a23-28, 139a29-31.

59. As partes das substâncias estão nelas como em sujeitos e, no entanto, são elas próprias substâncias. Aparentemente, isso contraria a afirmação de que nenhuma substância está num sujeito. O conflito resolve-se, diz Aristóteles, porque a definição de «estar num sujeito» dada em 1a24-25 estipulou que a relação parte-todo não é uma relação de inerência. Portanto, no sentido definido, as partes das substâncias não estão num sujeito. Subsiste, no entanto, a dúvida sobre o que entende aqui Aristóteles por «parte». O contexto imediato parece favorecer a interpretação como parte conceptual (no sentido em que as espécies são partes do género). Mas também é possível que Aristóteles tenha em vista as partes corporais (como

em 8a15-28, quando fala da mão e da cabeça como exemplos de substâncias).

60. Neste parágrafo, «indivíduos» traduz *τὰ ἅτομα*, que significa literalmente «as [coisas] indivisíveis» (e que assim é traduzido em 1b6 e 3b12). O termo mais habitual para «indivíduo» é *καθ' ἕκαστον*.

61. «Predicado» traduz aqui *κατηγορία*. Há textos em que Aristóteles considera legítimo formar enunciados declarativos com nomes próprios de indivíduos no lugar de predicado. Cf., por exemplo, *Int.* 21a2 («Sócrates é Sócrates») e *APr.* 43a35-36 («aquele branco é Sócrates» ou «quem se aproxima é Cálías»).

indivíduo; e, do mesmo modo, também as diferenças se predicam das espécies e dos indivíduos. E as substâncias primeiras admitem a definição das espécies e a dos géneros e a espécie admite a do género (pois tudo o que é dito daquilo que é predicado também será dito do sujeito); do mesmo modo, também as espécies e os indivíduos admitem a definição das diferenças. Mas sinónimas eram precisamente aquelas coisas com o nome em comum e a mesma definição<sup>62</sup>. Portanto, tudo o que é chamado a partir das substâncias e das diferenças é-o sinonimicamente.

Todas as substâncias parecem significar um certo *isto*. No que respeita às substâncias primeiras, é incontestavelmente verdade que elas significam um certo *isto*; pois a coisa revelada é indivisível e numericamente una. Mas, quanto às substâncias segundas, embora pareça, pela forma como são nomeadas — quando dizemos «homem» ou «animal» —, que significam igualmente um certo *isto*, isso não é de facto verdade. O que elas significam é antes uma certa qualificação, pois o sujeito não é um como é a substância primeira, mas homem e animal são ditos de diversas coisas<sup>63</sup>. No entanto, não significam simplesmente uma certa qualificação, como «branco» o faz. Pois «branco» não significa nenhuma outra coisa senão a qualificação, enquanto a espécie e o género determinam a qualificação a respeito da substância — significam uma certa qualidade de substância<sup>64</sup>. Com o género, a determinação que é feita é mais vasta do que

62. Recorda a definição de sinónimo dada em 1a6-7. Sempre que uma substância segunda ou uma diferença *P* é dita de sujeitos *R* e *S*, o nome e a definição de *P* predicam-se de *R* e de *S*. Isso faz de *P*, *R* e *S* coisas sinónimas.

63. As substâncias segundas são ditas de uma multiplicidade de sujeitos, ou seja, são universais (cf. *Int.* 17a39-40), e por isso não significam um *isto*. Aristóteles usa frequentemente o pronome demonstrativo «isto» para introduzir a noção de individualidade: um certo *isto* (τόδε τι) é um ser individual e determinado,

distinto de qualquer outro. Qualquer universal, ao ser predicado de vários sujeitos, é algo *comum* e, portanto, não pode constituir um *isto* (cf. *SE* 178b36-39). Em *Metaph.* 1039a1-2, afirma-se que os universais significam não um *isto* (τόδε), mas um *tal* (τοιοῦδε): eles são aquilo que determina um *isto* (e. g., Sócrates) como sendo *tal* ou *tal* (e. g., animal ou homem). Tratar os universais como significando um *isto* é um erro frequente, que tem origem na linguagem (cf. *SE* 168a26, 169a30-36) — é a forma substantiva como são nomeados que lhes confere uma aparência de individualidade que eles, no entanto, não possuem.

Aristóteles considera que este erro está na base da conceção platónica das formas como seres autossubsistentes.

64. As substâncias segundas significam uma qualificação (ποιόν), mas não pertencem à categoria da qualidade, pois, como foi dito, elas «revelam a substância primeira» (2b31), ou seja, dizem o que ela é. Pode, no entanto, dizer-se que elas respondem à pergunta «que tipo de substância é *X*?».

com a espécie, pois, ao falar de animal, abrangemos mais coisas do que ao falar de homem.

Uma outra característica das substâncias é não terem nenhum contrário. Pois o que poderia ser o contrário de uma substância primeira? Um certo homem, por exemplo, não tem nenhum contrário; assim como homem ou animal também não têm nenhum contrário. Contudo, isto não é próprio da substância, mas verifica-se também em muitos outros casos, como, por exemplo, a respeito da quantidade. Pois dois côvados não tem nenhum contrário, nem dez, nem nada que se assemelhe — a não ser que se diga que muito é o contrário de pouco ou que grande é o contrário de pequeno. Mas, ainda assim, as quantidades determinadas não têm nenhum contrário<sup>65</sup>.

A substância, ao que parece, não admite mais e menos. Não quero dizer com isto que uma substância não seja mais substância do que outra substância (pois foi dito que assim é), mas que cada substância não é dita mais ou menos aquilo que precisamente é<sup>66</sup>. Por exemplo, se esta substância é um homem, ele não será mais ou menos homem, nem do que ele mesmo, nem do que outro homem. Pois um homem não é mais homem do que outro, como uma coisa branca é mais branca do que outra e uma coisa bela é mais bela do que outra. E uma coisa também é dita mais ou menos do que ela mesma, como por exemplo o corpo que,

65. A questão de ter ou não ter contrário é colocada relativamente a todas as categorias. Sempre que analisa as características de uma categoria, Aristóteles procura ver se essa característica pertence a todos os elementos da categoria ou somente a alguns e, ainda, se é uma característica *própria* dessa categoria ou se é *comum* também a outras. Neste caso, a ausência de contrariedade, apesar de pertencer a todas as substâncias, é comum também à categoria da quantidade (cf. 5b11). A objeção segundo a qual

o muito e o pouco, e o grande e o pequeno, seriam quantidades contrárias será respondida em 5b14-6a11. A contrariedade é um dos gêneros de oposição examinados nos capítulos 10 e 11.

66. A questão da possibilidade de *mais* e *menos* é também colocada a respeito de todas as categorias. A afirmação de que a substância não admite mais e menos é ambígua, podendo parecer entrar em contradição com o que foi dito em 2b7-8 e com a própria distinção entre substâncias

primeiras e segundas — pois as primeiras são *mais substâncias* do que as segundas e, entre as segundas, os gêneros são *menos substâncias* do que as espécies. Aristóteles clarifica então a sua formulação: o que se pretende dizer é que, se *X* e *Y* são ambas substâncias e *X* é (um) *Y*, então *X* não será nunca mais ou menos *Y* do que ele mesmo ou do que qualquer outra substância *Z*.

sendo branco, é dito mais branco agora do que antes e, sendo quente, é dito mais ou menos quente. Mas da substância nada disto se diz. Pois um homem não é dito mais homem agora do que antes e isso também não acontece com nenhuma outra coisa que seja substância<sup>67</sup>. Portanto, a substância não admite mais e menos.

O que principalmente parece ser próprio da substância é que, sendo numericamente una e a mesma, seja capaz de receber contrários<sup>68</sup>. Não há nenhuma outra coisa que se possa apresentar e que, sendo numericamente una, seja capaz de receber contrários. Por exemplo, uma cor que seja numericamente una e a mesma não poderá ser branca e negra; nem uma mesma ação, que seja numericamente uma só, poderá ser má e boa; e do mesmo modo para as outras coisas que não sejam substâncias<sup>69</sup>. No entanto, a substância, sendo numericamente una e a mesma, é capaz de receber contrários. Por exemplo, um certo homem, que é um e o mesmo, torna-se ora claro ora escuro, ora quente ora frio, ora mau ora bom. Em nenhum outro caso se verifica algo assim, a não ser que alguém objete, afirmando que os enunciados e as opiniões são também assim. Pois o mesmo enunciado parece ser verdadeiro e falso.

67. O ser mais branco ou mais quente agora do que antes resulta de uma mudança. Porém, uma substância pode mudar nos seus atributos (qualidades, quantidades, relações com outras, etc.), mas não quanto ao gênero de coisa que essencialmente é (compare-se com 10b30-11a2).

68. A capacidade de receber contrários é a característica *própria* das substâncias. (Veja-se a definição de *próprio* em *Top.* 102a18-30.) Na realidade, como a unidade numérica pertence apenas às substâncias *primeiras* (pois as substâncias segundas são ditas de várias coisas: cf. 1b6-7, 3b16-18), é somente

delas que esta é a característica própria. Em 5b39-6a4, Aristóteles afirma que a substância não pode receber ambos os contrários ao mesmo tempo. Embora mereça algumas reservas, esta afirmação mostra que a capacidade de receber contrários implica, na maior parte dos casos, uma referência ao tempo e também, como se torna manifesto a partir de 4a28, à mudança. Só as substâncias primeiras são capazes de receber contrários, porque só elas são sujeitos de mudança.

69. Adoto a leitura εἶσιν οὐσίαι (4a17), presente nalguns manuscritos. Aristóteles

acabou de dar dois exemplos (uma cor, uma ação) de acidentes *individuais* (que estão num sujeito, mas não são ditos de nenhum sujeito). Estes não mudam, mas deixam simplesmente de existir quando a substância em que estão muda a seu respeito; por exemplo, quando Sócrates muda de cor, o branco individual que estava nele deixa de existir. O exemplo da ação é interessante, pois, além de chamar a atenção para predicções como «esta ação é boa», suscita a questão de saber se Aristóteles conhecia a distinção entre ações individuais e tipos de ação. Parece evidente que uma ação-tipo pode ser boa num contexto e má noutra.

25 Por exemplo, se é verdadeiro o enunciado que diz que uma certa pes-  
 soa está sentada, depois de a pessoa se levantar, este mesmo enunciado  
 será falso. E o mesmo se passa com as opiniões. Pois, se alguém tem a  
 opinião verdadeira de que uma certa pessoa está sentada, depois de a  
 pessoa se levantar, tendo a mesma opinião acerca dela, esta opinião será  
 30 falsa<sup>70</sup>. Todavia, ainda que admitíssemos esta objeção, há uma diferença  
 no modo como os contrários são recebidos. Pois, no caso das substân-  
 cias, é mudando elas mesmas que são capazes de receber os contrários.  
 Pois o que se tornou frio em vez de quente, ou escuro em vez de claro,  
 ou bom em vez de mau, mudou (uma vez que se alterou). Do mesmo  
 modo, também nos outros casos, é sofrendo ela mesma uma mudança  
 que cada coisa é capaz de receber contrários. Enquanto os enunciados  
 35 e as opiniões se mantêm de todos os modos completamente imutáveis;  
 é por a coisa mudar que o contrário lhes advém. Pois o enunciado que  
 diz que uma certa pessoa está sentada mantêm-se; é pela mudança na  
 coisa que ele se torna ora verdadeiro ora falso. O mesmo se passa com  
 as opiniões. Portanto, pelo menos o modo como é capaz de receber os  
 4b contrários — através de uma mudança em si mesma — seria próprio  
 da substância, ainda que admitíssemos que as opiniões e os enunciados  
 5 são capazes de receber contrários<sup>71</sup>. No entanto, isto não é verdade.  
 Pois não é por receberem eles mesmos alguma coisa que se diz que as  
 opiniões e os enunciados são capazes de receber contrários, mas sim  
 pelo que acontece a alguma outra coisa. Pois é por a própria coisa ser

70. É apresentada uma objeção, através de um alegado contraexemplo. Esta passagem mostra claramente que Aristóteles considera que a verdade e a falsidade (i) são propriedades de enunciados (λόγοι) e de opiniões (δόξαι) e (ii) são relativas a tempos.

71. Na primeira resposta à objeção, Aristóteles aceita o contraexemplo e continua a sustentar a tese inicial, introduzindo-lhe a seguinte reformulação: é próprio

da substância primeira ser capaz de receber contrários através de uma mudança em si mesma. A mudança de valor de verdade de um enunciado resulta de uma mudança, não do próprio enunciado, mas da realidade por ele significada. No caso apresentado, o enunciado e a opinião são verdadeiros num momento, e mais tarde são falsos, sem que nada neles tenha mudado.

ou não ser que o enunciado é dito ser verdadeiro ou falso e não por ele mesmo ser capaz de receber os contrários. Na realidade, nenhum enunciado ou opinião é mudado por nenhuma coisa e, por isso, eles não são capazes de receber contrários, uma vez que nada acontece em si mesmos<sup>72</sup>. Mas a substância, por receber ela mesma os contrários, é dita capaz de receber contrários. Pois ela recebe doença e saúde, brancura e negrura e, porque ela mesma recebe cada uma destas coisas, é dita ser capaz de receber contrários. Portanto, é próprio da substância que, sendo numericamente uma e a mesma, seja capaz de receber contrários. Sobre a substância, então, dissemos o suficiente.

## CAPÍTULO 6

Das quantidades<sup>73</sup>, umas são discretas e outras contínuas; e umas são compostas por partes que têm posição umas em relação às outras, enquanto outras não são compostas por partes que têm posição.

São quantidades discretas, por exemplo, o número e o enunciado; são quantidades contínuas a linha, a superfície, o sólido e, além destas, o tempo e o lugar<sup>74</sup>. Pois as partes do número não têm nenhum limite

72. A verdade e a falsidade não são propriedades intrínsecas que os enunciados e as opiniões tenham em virtude da maneira como eles próprios, e apenas eles próprios, são. Apontando este facto, Aristóteles corrige a sua resposta anterior, considerando agora que o contraexemplo deve antes ser rejeitado, uma vez que os enunciados e as opiniões não são realmente capazes de receber contrários.

73. Parecendo iniciar o capítulo com uma classificação dos diversos tipos de quantidades, na realidade, o que Aristóteles classifica são as diferentes entidades quantificáveis, isto é, aquelas entidades que, por possuírem propriedades quantitativas (comprimento, largura,

profundidade, pluralidade, etc.), são sujeitos de predicados quantitativos («de dois côvados», «longo», «estreito», «cinco», etc.). Tanto na tradução como nas notas, uso «quantidades» para me referir às entidades *quantificáveis*.

74. Aristóteles divide as quantidades em discretas e contínuas. A noção de continuidade é explicada pela existência de «um limite comum onde as suas partes se unem». Em *Metaph.* Δ 13, uma quantidade é definida como aquilo que é divisível em duas ou mais partes constituintes (cf. 1020a7-8). A referência a «um limite comum» compreende-se melhor se tivermos em conta a distinção entre a continuidade e o simples

contacto entre as partes, que é feita em *Ph.* v 3: para haver contacto entre duas partes A e B basta que as respetivas extremidades estejam juntas; mas para haver continuidade é ainda necessário que as extremidades sejam, não duas, mas uma só e a mesma (um «limite comum», que tanto pertence a A como a B). Quando o contacto entre as partes se dá num limite comum, elas formam uma unidade — um todo que, apesar de divisível, é um. Esta definição de continuidade tem como corolário que as partes de qualquer quantidade contínua são elas próprias divisíveis (cf. *Ph.* vi 1-2), ou seja, que todas as quantidades contínuas são infinitamente divisíveis.